



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Na senda do 31 de Janeiro



Fevereiro 2006

Decorreram entre os dias 27 de Janeiro e 7 de Fevereiro as comemorações do "31 de Janeiro de 1891 - Dia Nacional do Sargento" em mais de vinte reuniões diferentes. Diferentes no número de participantes, no tipo de reunião, na hora e no local, mas iguais em espírito, motivação e consciência!

Nos diversos núcleos, do Norte a Sul do continente e nas regiões autónomas, os dirigentes, delegados, sócios ou meros simpatizantes da ANS, movidos pela sua consciência de classe e de cidadãos inteiros, levaram a bom termo estas comemorações que relembram aos portugueses em geral, e aos seus militares em particular, o que foi o exemplo e a entrega daqueles que, perante o ultraje, a vergonha e a descaracterização do País, tentaram, pela primeira vez, a mudança de sistema político, derrubando a monarquia e instaurando a República.

Em 4 de Janeiro de 2006 foi mais uma vez (terceira) entregue na Mesa da Assembleia da República, na circunstância pelo grupo parlamentar do PCP, um Projecto de Resolução em que se propõe consagrar o dia 31 de Janeiro, como Dia Nacional do Sargento, e cujo teor é o seguinte:

"A Assembleia da República aprova a consagração do dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento e recomenda ao Governo que, em colaboração com as Forças Armadas Portuguesas e com as associações representativas dos Sargentos, promova em cada ano, iniciativas destinadas a assinalar essa data, salientando o seu significado histórico e enaltecendo o papel dos Sargentos e os serviços por estes prestados às Forças Armadas e ao país."

Infelizmente, passado que foi o final de Janeiro, não foi ainda este ano que se comemorou a efeméride com a carga emocional do reconhecimento formal em documento da República, a mesma República que os Sargentos forçaram que viesse a existir! Parece que continua a não ser reconhecido o esforço e o sacrifício dos que tombaram nesta primeira tentativa de defesa dos ideais da República, mas branqueia-se a história com uma cerimónia levada a efeito no dia 1 de Fevereiro passado, em Lisboa, na Praça do Comércio, descerrando uma lápide comemorativa da monarquia, com pompa e circunstância, e honras prestadas por militares ... do Exército republicano! Haja algum decoro e respeito pelos que tombaram em prol da República!

Infelizmente o branqueamento e a degradação dos ideais republicanos não se resume a este aspecto tão importante de carácter histórico, mas também se estende à não menos importante realidade do nosso cada vez mais difícil quotidiano.

Na tentativa de disfarçar a indisfarçável realidade do aumento de 1,5% no vencimento dos agentes e servidores da Estado republicano, bem abaixo dos valores da inflação prevista, após anos de congelamento real dos vencimentos, deteriorando ainda mais as já más condições de vida dos portugueses, fomos bombardeados com notícias de primeira página e abertura de telejornais sobre o falso aumento dos trabalhadores por conta de outrem, por via de menor montante de retenção para o IRS. Também a esta questão os Sargentos de Portugal, em unidade, com determinação e segurança saberão em breve dar a resposta adequada

Esta forma manipular e distorcer a verdade e os factos, com o claro conluio de alguma comunicação social subserviente, diz bem da falta de seriedade e de rigor com que se tratam questões tão sérias da governação da República.



A mesma falta de rigor que vimos denunciando desde a apresentação das medidas contidas no PEC (Plano de Estabilidade e Crescimento) antes do Verão do ano passado, em que a pressa cega e teimosa na aplicação das medidas relativas às normas de passagem à situação de Reserva e Reforma e as novas normas da Assistência na Doença aos Militares vieram trazer o caos, o desconforto, a desconfiança e a insatisfação ao seio das Forças Armadas, instituição que pelas suas características deverá ser o contrário de todo este estado de alma.

Para aqueles camaradas que ainda supunham que as medidas não os afectavam em grande medida, é ouvi-los hoje quando saem das farmácias com os bolsos mais vazios, sem qualquer hipótese de compensação. Continuam a avolumar-se as preocupações com o futuro do IASFA e o futuro imediato da ADM. Preocupações cuja dimensão se assemelha à indignação que grassa em toda a Família Militar.

Incompreensivelmente assistimos no mês de Fevereiro, aos camaradas deslocados do Exército verem o pagamento dos suplementos e abonos a que têm direito suspensos sem aviso prévio, tendo, no entanto, de continuar a suportar as despesas acrescidas da deslocação da sua guarnição imposta pelo serviço. Após a manifestação de surpresa e indignação dos lesados, veio uma resposta vaga e tardia.

Tal como alertámos, as medidas infelizes tomadas pelo Governo aceleraram a passagem à situação de Reserva de centenas de camaradas que deixaram de servir a República portuguesa nas Forças Armadas, constituindo, por isso, um autêntico *crime organizacional*. Mas as consequências reais, bem como o contributo que esta situação dará para o trabalho da *Comissão Liquidatária*, deste modelo das Forças Armadas, só a distância proporcionada pelo tempo poderá desvendar em toda a sua amplitude, profundidade e prejuízo. Para já fica o acréscimo de serviço para os que continuam nas fileiras e, em muitos casos, suportando a indignidade da desvalorização profissional e funcional.

Os camaradas do Exército mais uma vez estão em suspenso devido às ultrapassagens e a possibilidade de passagem compulsiva à reserva, pois este ramo continua sem adoptar as regras contempladas no EMFAR e em uso nos outros ramos.

Continua sem resposta o pedido de adiamento e substituição de integração no Batalhão em fase de aprontamento para cumprir uma missão fora do território nacional de uma Sargento enfermeira que, pelo facto viu a sua condição psicológica agravar-se ao ponto de ter de ficar na situação de baixa médica.

No fim do ano, discretamente, o Governo publicou o DL 179/2005, de 2 de Novembro, que implica os pensionistas que estão auferir remuneração pelo desempenho de outra função tenham de optar por um terço de um dos vencimentos. Pensávamos todos que esta medida seria para os detentores de cargos políticos, afinal não é. Tão depressa nos dizem que temos de trabalhar mais e mais anos como depois quem segue essa regra é penalizado.

No ano em que a Constituição da República Portuguesa perfaz 30 anos que foi aprovada, estas são algumas das muitas situações a merecerem a resposta adequada. Os Sargentos de Portugal não se conformam com este estado de degradação da República e saberão, em breve, mais uma vez saber de que lado da trincheira devem estar.

Unidos, com a determinação e a confiança de quem sempre esteve disposto a dar tudo a Portugal, saberão defender a sua dignidade das suas carreiras e profissão bem como o nível de vida da sua família.

Lisboa, Fevereiro de 2006

A Direcção